

# ARQUEOLOGIA

## Era bonito de mais...

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO ARQUEÓLOGO

**E**ra bonito de mais... para ter sido de Beja, achou-se logo de início. Mas que esse elegante altar, de frontão triangular preenchido com uma coroa e fitas, cujo desenho o bispo Frei Manuel do Cenáculo incluiu, sob o n.º 15, no seu precioso álbum (que, com o n.º CXXIX 1-14, a Biblioteca Pública de Évora guarda *mui* religiosamente), ficaria bem na nossa coleção, isso é que ficaria!

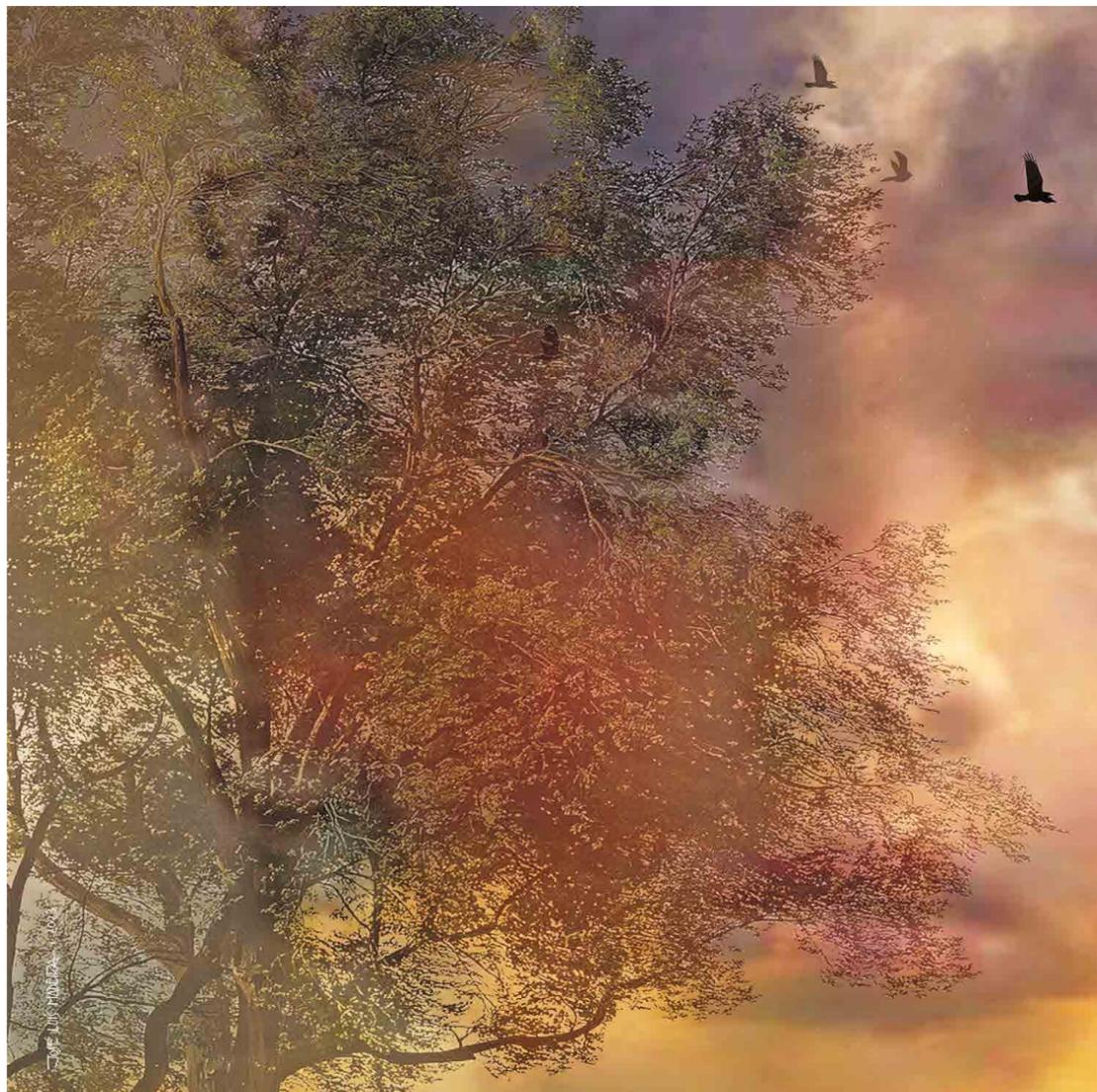
Vamos lá então ver por que é que dele não nos podemos orgulhar.

**DONDE É QUE VEIO ESTA PEDRA?** Na verdade, dado o facto de Cenáculo o ter desenhado ou mandado desenhado, o monumento foi considerado pertença da sua coleção, constituída naturalmente por materiais arqueológicos do território português, que lhe foram oferecendo. A maior parte, até, achados na cidade de Beja. Durante muito tempo, a Beja se atribuiu, pois, a origem desta pedra, mormente, nos livros de viajantes.

O facto, porém, de a sua tipologia e também, de certo modo, o seu texto não se enquadrarem no que eram os cânones habituais, mesmo os mais requintados, dos monumentos epigráficos pacenses, terá levantado alguma suspeita e, por isso, o epigrafista alemão Emílio Hübner, perito em vasculhar manuscritos antigos de todo o lado, acabou por detectar rasto dessa pedra na colectânea **Epigrammata Antiquae Urbis**, “epigramas da cidade antiga”, ou seja, de Roma, publicado nessa mesma cidade em 1517 por outro curioso, Giacomo Mazzochi. O texto aparece aí: é o n.º 3 da folha sete, e reza a legenda que se encontrava “em S. Brás, no Monte Acceptorium”.

Estava esclarecido: o monumento era de Roma. Fora identificado numa igreja dedicada a S. Brás, situada no que então se chamava o *mons Acceptorium*, ou seja, o monte onde eram depositados os resíduos urbanos. É, hoje, uma praça, onde fica o Palazço Montecitorio, designação que naturalmente reflecte a identificação antiga.

Por isso, logo na sua publicação de 1869, o **Corpus Inscriptionum Latinarum** (“catálogo das inscrições latinas”), Hübner o incluiu com asterisco – n.º 33\* – para indicar que não poderia pertencer ao número das lídimas inscrições latinas da Hispânia. Aliás, no seu tempo já nem se pusera a hipótese de ser de Beja, mas, sim, de Lisboa. Note-se, a esse propósito, que Augusto Vieira da Silva,



pelo sim pelo não, o chegou a incluir no seu livro sobre as inscrições romanas de Lisboa, perguntando, na pág. 260: “Tê-la-iam os

italianos deixado tirar da igreja de Roma para vir para Lisboa, ou teria havido equívoco dos primeiros informadores, localizando em

sua existência”. No relato que publicou no ano seguinte, intitulado **Viaje Topografico desde Granada a Lisboa**, dá o texto desta epígrafe (é o n.º 5, página 34) e descreve-a com algum pormenor. Diz que tem uma “pátera” em cada face lateral, mede três palmos de comprimento e um pouco menos que dois palmos de largura. Não será esta uma prova bastante de que esteve junto dela?

**O QUE DIZ O TEXTO** Quanto atrás se escreveu documenta um pouco o que é a ciência epigráfica: por tratar de inscrições, compete ao epigrafista ler e interpretar o que está escrito; como, por outro lado, o mais importante é mostrar que essa epígrafe é um documento cultural, cumpre esclarecer onde foi encontrado, porque só assim se torna susceptível de trazer informações concretas.

Resumindo quanto ao caso presente diz respeito:

– afigura-se possível pensar que este altar deve ser considerado entre as epígrafes de Roma; daí veio para Portugal, porventura, como oferta ao bispo Cenáculo dalgum amigo que soubesse do seu interesse por estas “velharias”; era esse, aliás, um hábito no século XVIII, não esqueçamos que foi então que se descobriram as ruínas de Pompeia;

– foi visto na sua coleção em Lisboa ou em Beja e é bem possível que haja levado descaminho quando o bispo saiu de Beja para Évora e nem toda a sua coleção foi com ele.

Justifica-se, pois, que, embora se não refira a gente de *Pax Iulia*, se diga tratar-se do epitáfio de um menino chamado Justo, que viveu oito anos, nove meses e oito dias, e que, porventura, nasceu no seio da família de Cepião, em que seus pais, Corinto e Clyte, também estariam integrados como escravos. Os nomes dos pais, de clara conotação grega, e o facto de apenas se identificarem com um nome, no-lo deixam entender.

Notem-se ainda dois significativos pormenores:

– escreveu-se “viveu”, para realçar o seu *mui* curto tempo de vida;

– escreveu-se “pais” por extenso (“parentes”, em latim), quando aos escravos não era concedida legitimidade de nascimento, digamos assim, o que, juntamente com o requinte da decoração do altar, realça o clima de ternura envolvente, tanto por parte dos pais como do próprio senhor, que aquiesceu a que o seu nome ficasse consignado no letreiro.

Roma algum dos templos com a invocação de S. Brás que existiam nos distritos de Évora ou de Beja, onde porventura a lápide estava colocada?”.

Não admira, no entanto, que frei Manuel do Cenáculo a tivesse na sua coleção, começada a formar em Lisboa e continuada em Beja, adquirida ou recebida esta lápide aquando de viagem a Roma, sua ou de algum dos seus colaboradores diretos.

Certo é que a terá visto e desenhado e dois dos estudiosos que andaram por Portugal em busca de inscrições a localizaram em Beja: D. Francisco Pérez Bayer, em 1782, e o arquitecto James Murphy, que viajou por Portugal em 1789, viagem de que deixou relato no livro **Travels in Portugal**, publicado em Londres, no ano de 1795, onde o monumento vem reproduzido na p. 301, estampa XVI.

Aliás, o religioso franciscano Sebastian Sanchez Sobriño, como A. Vieira da Silva refere, “veio a Portugal em Maio de 1773, esteve em Lisboa em Junho do mesmo ano e, aqui ou em Beja, ‘não se recordava bem’, viu a colecção de inscrições organizada por Frei Manuel do Cenáculo, sendo o primeiro que nos deixou notícia da